

AGRICULTURA FAMILIAR, CULTURA LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS LAVRADORES DO ALTO JEQUITINHONHA¹

Eduardo Magalhães Ribeiro²

Flávia Maria Galizoni³

Luiz Henrique Silvestre⁴

Juliana Sena Calixto⁵

Thiago Rodrigo de Assis⁶

1. Resumo

O alto vale do Jequitinhonha, situado a nordeste de Minas Gerais, é considerada uma das regiões mais complexas do Brasil; seus indicadores econômicos e sociais têm levado os governos mineiros, desde os anos 1970, a formular políticas compensatórias ou de desenvolvimento para *integrá-lo* ao conjunto do estado. Porém, em sua grande maioria, esses esforços têm sido vãos, e as características fundamentais da região permanecem exatamente as mesmas. Este artigo tem por objetivo analisar a relação, os efeitos e as alternativas às políticas voltadas, direta ou indiretamente, para a agricultura da região; resulta de pesquisas feitas no período 1992/2003. Nota-se que a impermeabilidade do alto Jequitinhonha a essas políticas deve-se em grande parte à sua formulação genérica, que tem desconsiderado as singularidades da história, do ambiente, dos sistemas produtivos e da lógica específica de reprodução dessas famílias de agricultores. A cultura local - os costumes e as técnicas que configuram um regime agrário particular - se fortalece à medida que a ação *modernizadora* pública e privada esbarra em suas próprias limitações, e assim as condições de vida e produção da região tendem a se reproduzir indefinidamente. O artigo conclui que as alternativas à persistência desta situação passam necessariamente pela incorporação da *tradicionalidade* regional às propostas de ação públicas e privadas. Isto seria possível de ser feito por meio de mudanças no estilo dessas ações, que deveriam partir exatamente das experiências regionais. Por fim, são comentadas algumas ações bem sucedidas: feiras municipais, escolas-famílias e marcas locais, por exemplo, têm apresentado notáveis resultados econômicos, educativos e organizativos; nas localidades, tem contribuído para inspirar ações coletivas, integrativas e inovadoras.

¹ Esta pesquisa foi parcialmente financiada pela Fapemig e pelo CNPq.

² Economista, professor da Universidade Federal de Lavras, pesquisador CNPq; aureoemr@ufla.br.

³ Antropóloga, do IFCH/Unicamp, bolsista CNPq.

⁴ Graduando em Administração, bolsista CNPq do PIBIC/UFLA.

⁵ Engenheira florestal, mestranda PPGA/UFLA, bolsista CNPq.

⁶ Agrônomo, mestrando PPGA/UFLA, bolsista CNPq.

2. O problema

O vale do Jequitinhonha desafia os mineiros desde, pelo menos, os anos 1970. Nessa época começou-se a perceber as grandes diferenças - em termos de PIB, renda, alfabetização, saúde etc - entre os indicadores desta e das demais regiões de Minas Gerais. Isto conduziu a, praticamente, uma estigmatização do vale do Jequitinhonha: passou a ser concebido como o lugar da pobreza e abandono, ilustra e autoriza as falas que precisam de exemplos de *atraso* e *carência*, tornou-se o destino das políticas compensatórias e dos programas públicos de combate à pobreza.

Porém, os resultados concretos de estigmas, falas e programas públicos têm sido escassos. Dos anos 1970 a 2000 a região recebeu políticas de desenvolvimento rural e elevação de rendas. A cada um dos ciclos de secas que afligem a região, a cada mudança de governo do estado ou às vezes do país, novas propostas são feitas, novas ações são ensaiadas e, apesar das intenções que muitas vezes efetivamente são as melhores, os indicadores regionais permanecem em termos relativos quase que exatamente os mesmos.

Este artigo procura sintetizar algumas reflexões e conclusões que um grupo de pesquisadores vinculados principalmente, mas não somente, à Universidade Federal de Lavras, organizados no Núcleo de Apoio e Pesquisa da Agricultura Familiar, vem realizando sobre a região na última década. Ele resulta de pesquisas apoiadas em sua maioria pelo CNPq e Fapemig, mas também veio de atividades em parceria com ongs, movimentos sociais, sindicatos, prefeituras, agências privadas e religiosas da região. As observações e conclusões apresentadas não resultam portanto apenas de pesquisas, mas também de seminários, debates, acompanhamento e assessoria às experiências locais.

Duas observações ainda são necessárias antes de entrar propriamente no assunto.

A primeira delas é que as avaliações e comentários a seguir têm como objeto a agricultura familiar da região. Isto não se deve apenas ao fato de ser este o segmento demográfico, econômico e cultural mais expressivo do Jequitinhonha: elege-se este, principalmente, porque também é o segmento melhor organizado e representado da região, que tem sabido construir organizações sólidas, duradouras e de abrangência microregional, escapando aos dilemas paroquiais e clientelísticos do município e da prefeitura; por isto tem sido o setor que formula por meio de associações, sindicatos, conselhos, ongs e federações as propostas de desenvolvimento mais abrangentes para a região. Graças às estruturas

organizativas locais, sua capilaridade e capacidade de diálogos, tem sido mais fácil para este Núcleo da UFLA vincular-se à trajetória dessas organizações da agricultura familiar.

A segunda observação diz respeito à segmentação regional, pois os Jequitinhonhas são vários, e cada organização, agência ou morador costuma usar sua própria classificação microregional, de acordo com objetivos e circunstâncias diferentes. Neste artigo utiliza-se uma das repartições microregionais mais simples: denomina-se alto Jequitinhonha à região situada acima da foz do rio Araçuaí; baixo Jequitinhonha denomina-se toda a região compreendida entre a foz do rio Araçuaí e a divisa da Bahia.

O alto Jequitinhonha é, originalmente, coberto por cerrados em todas as suas gradações - campo limpo, campo sujo, cerrado estrito senso e cerradão - que recebem, como em toda a região onde há esta vegetação, denominações locais: *campos*, *carrascos*, *catingas* e *capões*. A paisagem também tem especificidade bem marcada: grandes chapadas, de altitudes que variam entre 900 a 1000 metros, entrecortadas por depressões profundas de vales que na região são conhecidas como *grotas*. Chapadas e grotas formam um par de muitas oposições, sendo a primeira quase estéril e mais úmida, com precipitações anuais entre 1200/1400 mm, e o fundo da grota muito fértil e mais seco, com médias de 600/800 mm/ano de pluviosidade; a grota é o lugar por excelência da moradia e lavoura de agricultores familiares, e a chapada é área de *soltas* de animais e plantio de eucalipto por grandes empresas; chapadas são extensos planaltos, geralmente cobertas por vegetação de campo e campo sujo, com terrenos de escassa fertilidade, as grotas são vertentes das chapadas, em cujo fundo correm as águas de córregos e rios; a fertilidade da terra da grota tende a ser crescente quanto mais próxima do fundo dos vales, que quase sempre, também, são cobertos por vegetação de porte elevado, cerradões, que os moradores da região denominam *matas* ou *capões*. Estes, geralmente, indicam terras muito boas para lavouras.

O baixo Jequitinhonha apresenta características diferentes: situado no domínio de florestas, foi coberto por mata atlântica até finais do século XIX. Nessas matas as terras possuem fertilidade bastante uniforme e, embora também formada por vales e serras, apresenta diferenças pouco acentuadas de uso dos solos entre terras altas e baixas. Vales abertos cobertos por florestas, chapadas extensas e férteis, grandes áreas planas de largos horizontes, mata seca na transição para o *sertão* baiano, assim são a topografia e vegetação da maioria do baixo Jequitinhonha. Colonizado por levas de migrantes saídos do alto Jequitinhonha e da Bahia, o baixo Jequitinhonha foi - de certa maneira ainda continua a ser - marcado por uma presença muito forte da grande fazenda. O poder fazendeiro praticamente

moldou as relações sociais, políticas, econômicas e culturais desta microregião; isto não quer dizer que não exista a presença de agricultores familiares, apenas que eles são grupos mais subordinados, que enfrentam cotidianamente a decadente cultura fazendeira na medida que constroem seus espaços de reivindicação e atuação.

Vendo por ambientes, paisagens ou pelo lado dos regimes agrários as duas microregiões são bastantes diferentes, e para tratar das especificidades do rural da região seria preciso discriminar de qual porção da região se fala. Este artigo, que trata principalmente das relações ente agricultura familiar e políticas públicas, aborda fundamentalmente o alto Jequitinhonha. Tratar do meio rural de toda a região exigiria, naturalmente, essa discriminação entre a área de influência fazendeira e de agricultura familiar, a separação entre os diferentes ambientes que implicam também, entre outros, em diferentes efeitos das secas sazonais, das políticas agrárias, das técnicas agrícolas.

Nas páginas seguintes o artigo faz uma breve caracterização do meio rural dessa microregião; em seguida aponta, a partir de experiências locais, alguns aspectos críticos dessas políticas públicas e sugestões de outras, inspiradas na *caminhada* dos grupos organizados da região. Os autores agradecem às organizações locais e suas bases, que tem sido parceiras em diversos projetos de pesquisa e extensão universitária. Agradecem principalmente ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, de Turmalina, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Medina, ao Instituto de Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha, Itavale, aos pólos regionais da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais, Fetaemg, às prefeituras, à Cáritas Brasileira e, sobretudo, às comunidades rurais, que têm sido, para os autores, uma grande fonte de aprendizado sobre desatinos e acertos de políticas públicas, coletivas e privadas de desenvolvimento rural.

3. O rural do alto Jequitinhonha

O povoamento do alto Jequitinhonha concentrou-se nas áreas de grotas, onde agricultores familiares fizeram lavouras de mantimentos utilizando-se da abundância de recursos naturais: florestas, água e fertilidade. Essas terras foram partilhadas entre famílias rurais desde começos do século XVIII; cada grota com sua nascente forma uma rede familiar de domínio da terra e história comuns a um determinado grupo de parentesco que é denominado comunidade rural.

Nas comunidades os recursos naturais e a terra não são objeto apenas de apropriação privada, pois usa-se para lavouras apenas os *capões* e parte dos *carrascos*, terras mais férteis;

campos e chapadas servem para criação de animais e coleta, por isso foram e são áreas de apropriação comunitária ou pública, submetidas a um controle diferente do domínio pleno que é exercido sobre as terras dos capões e carrascos. Por isto nas comunidades existem um conjunto variado de normas de uso ambiental: áreas em lavoura são privativas, a criação de gado é regulada e às vezes proibida; algumas comunidades regulam o acesso às matas comuns e estabelecem restrições ao uso das águas, áreas de garimpo e terras usufruídas em comum.

Os agricultores utilizam em suas explorações familiares sistemas de rodízio de terra, plantando por 3 ou 4 anos em determinada gleba, abandonando-a em seguida por 10 ou 12 anos para recompor pela força da natureza a vegetação e a fertilidade, como sistemas agroflorestais ou de adubação orgânica. Ao final deste período de *descanso* tornam a usar as glebas revegetadas e recomeçam o processo. As lavouras ficam espalhadas pelos terrenos dos sítios em glebas de qualidades diferentes. O extrativismo é muito frequente e componente importante nos sistemas de produção; embora seja eventual, sazonal e realizado muitas vezes por idosos e crianças, e fundamental pela constância no correr do ano, pela importância na dieta, na produção de energia, de bens de uso doméstico (sabão, remédio, ornamento, etc) e pelo comércio, às vezes regular: frutos, essências, ornamentos etc. O beneficiamento de produtos da natureza e da agricultura é uma atividade fundamental na estação das secas. Depois de quatro a cinco meses de chuva, acabadas as colheitas das roças, as famílias ocupam-se na seca com a migração sazonal de uma parte da população jovem e com o processamento, beneficiamento ou industrialização doméstica de produtos da agricultura ou da coleta. Destacam-se o artesanato em argila, a transformação familiar da cana-de-açúcar em rapadura, cachaça e açúcar; os derivados da mandioca e outros.⁷

A população rural do alto Jequitinhonha organizou sistemas produtivos muito adaptados ao meio e às suas condições materiais. As bases desses regimes agrários são assentadas em três pilares fundamentais.

- Primeiro: são baseados no trabalho familiar, contando para isto com a colaboração de todas as suas forças plenas - homens e mulheres adultos - e "periféricas" - idosos e jovens. Essas forças de trabalho articulam-se em torno de dois objetivos maiores: reproduzir-se e conservar o domínio e o uso da unidade de produção familiar. Atuando planejada e estrategicamente, a família geralmente alcança os objetivos mesmo que

⁷ Sobre comunidades do Jequitinhonha consultar Galizoni (2000); sobre sistemas produtivos ver Ribeiro e Galizoni (2000); sobre bens e recursos comuns na região consultar Freire (2001), Calixto (2002), Ribeiro e Galizoni (2003), Ribeiro e outros (2003); sobre beneficiamento e industrialização doméstica rural consultar Oliveira (2000), Angulo (2002) e Noronha (2003).

tenha contra si as eventuais secas, dificuldades de comercializar e barreiras de acesso aos benefícios das políticas públicas.

- Segundo: são baseados num profundo conhecimento da natureza, que permite decidir o que coletar, onde plantar, como utilizar os recursos naturais que estão disponíveis. Este conhecimento é produzido por relações interativas entre população e ambiente, que no correr do tempo aperfeiçoa os sistemas produtivos e estabelece regimes de exploração localizados, intransferíveis e, em sua maioria, sustentáveis.

- Terceiro: são baseados no uso comunal, conservacionista e extrativista de recursos naturais, que fundamenta-se no conhecimento local, na espacialidade comum e em acordos ajustados entre famílias e meio. Famílias em comunidade delimitam seus espaços de exploração e gestão comunitária de recursos escassos, implementando *governanças* locais de micro-territórios. Em consequência, observa-se no alto Jequitinhonha um fenômeno singular: lá existem, ao mesmo tempo, o uso mais intenso do solo agrícola e a maior cobertura natural revegetada e manejada pela população rural de todo o estado de Minas Gerais.

Assim, essas famílias e comunidades criaram regimes agrários muito ligados ao ambiente e, ao mesmo tempo, com possibilidades mínimas de repetir aquelas técnicas agrícolas em outros locais ou regiões: técnicas produtivas chegam a variar de uma comunidade para outra vizinha; recursos naturais conhecidos e explorados numa localidade às vezes são completamente desconhecidos noutra. Esses sistemas e conhecimentos permitem àquela população viver e produzir, às vezes tendo contra si o tamanho das áreas de terras férteis, as dificuldades de entrar em mercados e de elevar rendas. Estas limitações não são suficientes para abalar a solidez da organização produtiva da agricultura familiar da região. Pesquisas têm mostrado que, mesmo nas secas muito fortes - como o inverno de 2003 -, a população atravessa as interpéries sem maiores abalos porque sua estratégia de reprodução é baseada na produção autônoma do básico alimentar, resultante duma combinação inteligente entre:

- 1) produção de alimentos resistentes à seca (feijão andu, milho, mandioca);
- 2) coleta regular de produtos nas áreas de terras comuns (frutos, essências, óleos);
- 3) comercialização em pequena escala (trocas comunitárias, feiras e mercados locais);
- 4) indústria doméstica rural, principalmente do derivados da cana, milho e mandioca;
- 5) rendas monetárias originadas de bolsas, aposentadorias e migrações sazonais.

É impressionante, por exemplo, a força do mercado local na vida desses agricultores. Este Núcleo da UFLA atualmente pesquisa ou assessora feiras municipais em Turmalina, Minas Novas, Veredinha e Leme do Prado; percebe-se que, na média, pelo menos 25% das famílias rurais dos municípios têm presença frequente na feira semanal que as prefeituras organizam. Por outro lado, um conhecimento muito preciso das *manchas* de terras férteis, permitem garantir boa parte do sustento de uma família apenas com um *fluxiquinho* - uma pequena área - de roça plantada.

Assim, uma questão importante que surge para quem pesquisa o Jequitinhonha é a disparidade entre a imagem consolidada - principalmente nos meios cultos brasileiros - de rala produção e abandono, versus a proliferação de experiências produtivas, coletivas e autonômas que podem ser encontradas na região. E então, surgem várias indagações: que lugar carente é este, onde a maioria das famílias rurais garante seu sustento mesmo nos anos de maior adversidade? Que lugar pobre é este, onde quase todas as sedes urbanas são abastecidas por agricultores e produtos do próprio município, mesmo e principalmente na estação da seca? Que sociedade atrasada é esta, onde as famílias rurais conseguem criar normas sustentáveis, eficientes e fielmente cumpridas para gerir em comum recursos naturais como a água, a terra e os recursos vegetais?⁸

Visitantes do alto Jequitinhonha admiram suas artes, sua cultura e sua história oral riquíssima; geralmente se esquecem que estão conhecendo um lugar considerado pobre. Isso acontece porque o Jequitinhonha é compreendido de uma forma estranha: a imagem que foi construída da região corresponde pouco ao que se vê e vive na maioria da área rural da região. Dificilmente se percebe que a riqueza cultural é a contraface da sabedoria material que sua população soube criar e que raramente a sociedade urbana brasileira aprendeu a valorizar.

As técnicas produtivas e os sistemas de manejo ambiental, em geral, costumam ser absolutamente desconhecidos por técnicos e agências privadas e públicas que atuaram e atuam na região. São consideradas expressão do atraso e da ignorância, pois não incorporam insumos industriais, têm produtividade reduzida, não usam força mecânica na maioria das vezes. Essa desqualificação cultural e econômica dos sistemas produtivos tem evidentes limitações: desconsidera os objetivos particulares das famílias - sua *lógica* -, desconsidera sua complexa relação com os mercados, desconsidera a validade do enciclopédico conhecimento do meio e dos recursos naturais que anima esses regimes agrários. As políticas formuladas ou

⁸ Uma discussão inteligente sobre pobreza no Jequitinhonha encontra-se em Amaral (1988). Sobre alternativas de autosustento consultar Noronha (2003); sobre abastecimento urbano Angulo (2002); sobre gestão de bens comuns ver Calixto (2002) e Ribeiro, Galizoni e Calixto (2003).

implementadas na região têm basicamente os mesmos princípios, e parte dos seus insucessos podem ser creditados a essas abordagens.

Por isso é que a realidade da agricultura familiar da região, por seus sistemas, por suas práticas têm conduzido este Núcleo da UFLA a buscar refletir sobre outros aspectos e abordagens. As práticas têm mostrado que é necessário mudar a forma de pensar o Jequitinhonha: antes de compreendê-lo como o lugar da pobreza e da ausência do progresso, é preciso pensá-lo como um lugar específico, particular, singular. Portanto, deveria ser sujeito - e não apenas objeto - de políticas públicas particulares, específicas e diferentes. Analisar o Jequitinhonha numa perspectiva mais particularizada é um grande passo para criar propostas adaptadas de políticas pois, deixando de pensar a região pelo que ela não tem e passando a pensá-la pelo que tem, é que podem ser construídas políticas consistentes.

4. População, especificidades, desenvolvimento

Os regimes agrários da agricultura familiar do alto Jequitinhonha são muito particulares: lá o tripé trator/veneno/adubo da revolução verde não se implantou, o mercado nacional de mercadorias agrícolas não define a pauta produtiva, os produtores não têm necessariamente como meta ampliar a produção. Qualquer técnico, pesquisador ou formulador de políticas que vai à região constata isso e considera um problema; mas, considerar aquela sociedade rural problemática vai implicar, sempre, em propor mudanças que enfrentarão uma resistência firme da população rural.

Uma alternativa a esta abordagem dualista dos sistemas produtivos tem sido proposta por movimentos rurais organizados e por pesquisadores que têm investigado a relação população rural, cultura, ambiente e desenvolvimento. Nota-se que alguns grupos ou comunidades localizadas de agricultores - adaptados ao meio que vivem, aos recursos que exploram e à cultura que construíram - são eficientes gestores dos recursos, capazes de criar técnicas sustentáveis de produção e normas precisas de gerência do meio. Esses agricultores têm sido frequentemente incorporados ao conjunto do que se costuma denominar como "populações tradicionais": definem-se assim os grupos assentados em territórios delimitados ou delimitáveis, que exploram recursos comuns, são sempre politicamente subordinados, com forte identidade cultural local. Como estes grupos vivem próximos ao meio que exploram, conseguiram elaborar um complexo conhecimento sobre o ambiente, os recursos e seus usos.⁹

⁹ O conceito "população tradicional" apresenta limitações - ver Thompson (1998) para uma crítica; no entanto, os próprios grupos têm reivindicado esta denominação. Ver Almeida (1989); Ostrom (1990); Chonchol (1994); Diegues (1995, 1996); Lima (1997); Colchester (2000).

Populações tradicionais ocupam nichos fundiários: áreas de menor ou nenhuma importância para realização de cultivos ou criação em larga escala, espaços de coleta considerados periféricos ou regiões de fronteira agrícola. Nestes espaços têm evitado o desalojamento pela agricultura ou interesses mercantis e fundiários, permanecendo quase sempre à margem dos processos de integração econômica e expansão produtiva. Por suas características culturais, territoriais e ambientalizadas de exploração do meio, porém, têm sido apresentadas nos últimos anos por diversas organizações sociais, autores e movimentos como referências para o desenvolvimento rural e local.

Essa proposição deve-se muito à crítica e autocrítica que tem sido feita aos processos de desenvolvimento rural deslanchado nos anos 1960 e concluído no começo dos anos 1980, que provocou uma rápida integração da agricultura à indústria e transformação nos aspectos técnicos, econômicos e sociais do rural; nesse processo o Estado e o planejamento estatal tiveram forte influência. A partir dos anos 1980, quando o ritmo da expansão arrefeceu e os efeitos adversos começaram a se manifestar, pesquisadores, extensionistas, agências públicas e, por fim, governos, começaram a realizar um balanço dos resultados econômicos, sociais, culturais e ambientais.¹⁰

Desde meados dos anos 1990 tornou-se quase um consenso que ocorrera grande evolução de produção e produtividade embora isso implicasse em custos sociais e ambientais elevados e com discutível capacidade de sustentação continuada a longo prazo. A expansão agrícola baseada no tripé veneno-adubo-trator por um lado reproduziu os níveis de concentração de renda e exclusão do setor urbano industrial; por outro apresentou efeitos ambientais negativos, acentou a dependência da agricultura dos recursos externos, promovendo desperdício de recursos, desagregando formas tradicionais de uso da terra.

Foi a partir dessa reflexão que organizou-se a crítica à industrialização da agricultura e, paralela e alternativamente, possibilitou vir à luz uma valorização dos sistemas de produção criados e praticados pelas populações camponesas, rurais, tradicionais. É importante frisar que não ocorreu uma tomada de consciência espontânea de pesquisadores e agências. Antes, foi um processo contínuo de esclarecimento, de propostas duramente amadurecidas pelos movimentos sociais rurais, que ganharam vigor nos anos finais do governo militar e nos anos iniciais de redemocratização, coordenados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, e pela Comissão Pastoral da Terra, CPT, órgão da igreja católica, entre outras agências. Desde meados dos anos 1970 estas organizações colocavam em

¹⁰ Delgado (1985); Martine e Garcia (1987); Kageyama e outros (1990); Graziano da Silva (1996); Shiki (2000).

campanhas nacionais, eventos de sensibilização e mobilizações a necessidade de refletir sobre os aspectos sociais e culturais que estavam associados à produção. Reclamavam o direito à participação de camponeses na formulação de políticas de desenvolvimento, não apenas porque isto permitiria democratizar esses processos, mas também porque, dado o arraigado conhecimento local, seria possível formular políticas mais ajustadas aos sistemas produtivos, às demandas sociais, ao meio e aos recursos disponíveis.¹¹

No encontro dos movimentos sociais e da crítica acadêmica alguns conceitos tornaram-se paradigmáticos na concepção e formulação de políticas de desenvolvimento rural: a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, a participação dos produtores como sujeitos do desenvolvimento, a valorização do conhecimento local como pré-condição para execução de políticas justas e pouco dispendiosas. Nesse contexto as populações tradicionais em alguns locais ganharam um inusitado relevo: tornaram-se portadoras de uma compreensão e afinidade territoriais que planejadores não conseguem apreender; são capazes de criar normas exequíveis de gestão social dos recursos; têm condições de negociar com desenvolvedores instrumentos e recursos necessários ao desenvolvimento local. As políticas públicas produzidas a partir da segunda metade dos anos 1990 levaram em conta estas circunstâncias, lutas e possibilidades; o melhor exemplo está corporificado na proposição do PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma composição técnica e política das propostas da Contag e do governo federal.¹²

Embora se admita a necessidade dessas populações tornarem-se agentes do seu desenvolvimento e as políticas sejam formuladas com este propósito, o mercado tem sido apresentado como o destino maior, o desaguadouro das políticas estruturadas para essas populações. Mas, também, o mercado tem se revelado enormemente restritivo para a viabilização de experiências bem sucedidas. Problemas como qualidade do produto, insuficiência de capital, dificuldades para alcançar escala econômica na cooperação, logística de distribuição, padronização, etc, tem se manifestado nas experiências que lavradores têm empreendido de conquista de mercado. Mesmo quando se concebem oportunidades alternativas - experiências que tem sido denominadas de *economia solidária*, onde a força do mercado deve ser subordinada à coesão do grupo - os resultados têm sido modestos. Por isto é necessário pensar, além dessas, outras políticas que venham a compreender essas populações e permitir sua reprodução.

¹¹ CPT (1983; 1990); Martins e Perani (1992); Contag (1999a; 1999b).

5. Políticas de desenvolvimento rural no Jequitinhonha

No correr do período que vai do começo dos anos 1970 ao começo dos anos 2000 as políticas de desenvolvimento rural levada ao alto Jequitinhonha podem ser agrupadas em três tipos principais:

- políticas gerais de desenvolvimento rural (crédito, pesquisa adaptada e extensão rural, principalmente);
- políticas setoriais de desenvolvimento rural (reflorestamento, fruticultura, irrigação, pecuária de corte, principalmente);
- políticas compensatórias para população rural (aposentadorias, pensões e bolsas, principalmente);

Pelos seus efeitos, mais que pelas dotações ou períodos de implantação, as duas primeiras políticas podem ser compreendidas num mesmo conjunto: elas sempre exigiram que, para participar, o produtor beneficiário apresentasse níveis de renda elevados em termos de Jequitinhonha. Isto representou, concretamente, barreiras à inclusão da maioria das unidades rurais do alto Jequitinhonha, que nunca pode participar delas ou gozar de seus benefícios. Essas políticas foram pensadas para outros tipos de produtores, regiões ou interesses e por isso em vez de eliminar desigualdades, serviram para tornar os problemas de renda da região ainda maiores.

A partir dos anos 1970 o Estado começou a propor políticas corretivas para a região. Primeiro, foi instituída uma agência regional de fomento, Codevale, cuja ação perdeu-se nos meandros da política local e nunca deslanchou – os moradores da região gostam de dizer que a Codevale “*Nem aCode* [ninguém], *nem Vale* [nada]. Na segunda metade dos anos 1970 o alto Jequitinhonha recebeu muitos créditos para plantio de eucaliptos em larga escala; isto acarretou um complexo processo de tomada de terras de comunidades, expropriando campos de extração e pastoreio de lavradores. Posteriormente os eucaliptais foram responsabilizados pelos danos ambientais, como a redução das águas e acentuação da pecuária predatória em áreas de grotas. Monopolizadas por grandes empresas, quase todas do Sudeste, as terras das áreas planas de chapadas do alto Jequitinhonha converteram-se em desertos verdes, e depois de três décadas de plantados há mínimo uso produtivo desses eucaliptais. No correr dos anos foram adotadas outras políticas para estimular o desenvolvimento regional - projetos de crédito rural subsidiado para pecuária, incentivos à fruticultura, alcoleiros e hidrelétricos - cujos resultados têm sido modestos ou nulos do ponto de vista de produção e emprego. Mas

¹² Carneiro (1997); Jara (1999); Veiga (2001).

os impactos ambientais e sociais, principalmente do reflorestamento de eucalipto, pecuária extensiva e barragens têm aumentado os problemas locais (Furtado, 1985; Medeiros, 1990; Freire, 2001).

Assim os programas de desenvolvimento rural passaram mais ou menos ao largo da região: enquanto existiram linhas de crédito especial as poucas fazendas de gado da região as fazendas desalentavam-se com a saída dos antigos moradores agregados, ou insistiam em continuar produzindo conservando o trabalhador rural num regime não assalariado, no que os lavradores depois denominaram "*tempo do macaco*": trabalhavam em troca de comida e cessão de terras para plantio na meia. A política de crédito rural operou pouca transformação em fazendas, gerou poucos empregos e rendas: a exceção notável talvez seja a cafeicultura, em Capelinha, que conseguiu firmar-se, apesar do elevado custo ambiental da irrigação em área de semi-árido.

Na região, as maiores consequências da políticas de crédito não ocorreram na técnica, na produção, na maior mercantilização ou sequer na entrada de novos empresários ou modificação das mentalidades rurais. A verdadeira revolução ocorrida na região não foi técnica nem produtiva: foi fundiária. Ocorreu na terra, sua concepção como bem de mercado: parte dela foi incorporada aos circuitos mercantis, transformada em ativo financeiro por meio da bruta expropriação ocorrida nas áreas comunitárias de chapada, que foram griladas ou cercadas por empresas reflorestadoras. Criou, junto ao mercado urbano de trabalho do Sudeste e o esgotamento ambiental, uma profunda transformação nas relações dos homens com a terra: sua condição de cerrado plano permitiu a instalação das empresas que exploram aquelas terras com criação de número muito reduzido de empregos e renda para a região.¹³

Os sítios de agricultores familiares continuaram os mesmos: nada ou pouco do seu processo produtivo foi atingido pela revolucionarização produtiva ocorrida a partir dos anos 1970. Seus sistemas de produção eram, e continuaram a ser, inteiramente internalizados, voltados para extração, trabalho familiar, mercantilização parcial. Do ponto de vista dos sítios os anos 1970 significaram outra coisa muito diferente de agricultura: aproximaram São Paulo, construção civil, salário em carteira, poupança, acesso a bens e consumo, compras de terra às vezes. As maiores consequências da Revolução Verde foram erosão de matrizes vegetais, cruzamento e desaparecimento de variedades de milhos e feijões - cruzados e contaminados por híbridos, não-reprodutíveis e não-adaptados aos seus usos e sistemas.

¹³ Consultar sobre o assunto Furtado (1986), Moura (1988), Amaral (1988), Medeiros Silva (1990).

No vale do Jequitinhonha cristalizou-se uma economia rural pouco diversificada em termos mercantis, especializada em alimentos básicos ou pecuária de corte pouco competitiva, dependente do meio, autárquica, com pouca agregação de valor à produção. Não se pode negar o peso e a importância dos indicadores econômicos e sociais do vale do Jequitinhonha. Mas, não é possível esquecer que indicadores gerais (como PIB agrícola, taxa de analfabetismo, renda per capita) refletem pouco da situação das áreas de agricultura familiar, de comercialização limitada e população rural relativamente envelhecida. Onde têm acesso estável à terra, esses agricultores conseguem satisfazer, por meio da produção, suas necessidades básicas alimentares; isto é conseguido graças à combinação de conhecimento do meio, mais prática agrícola, mais estratégias familiares de geração de renda monetária (migração sazonal, pequeno comércio, feiras, etc). Assim, embora não se possa de forma nenhuma afirmar que essas famílias têm nível elevado de qualidade de vida, também é equivocado afirmar que encontram-se em situação de indigência; *pobreza rural*, neste caso, é um conceito muito inespecífico para definir sua situação.

As políticas sociais e compensatórias, iniciadas nos anos 1980, tentaram paliar esses problemas de desigualdade de desenvolvimento, compensando as populações excluídas. Foram alocados recursos em sistemas comunitários de beneficiamento e agroindustrialização doméstica, principalmente por meio de programas coordenados pela Emater (PAPP, Prodecom) e das igrejas católica e batista (Cáritas, Fundo Cristão Para Crianças, Visão Mundial). Outros programas compensatórios nos anos 1980/1990 foram as cestas-básicas federais e as frentes de trabalho contra a seca. Já nos começos dos anos 1990 a universalização dos direitos previdenciários estendeu a todo o vale do Jequitinhonha – uma região que teve a população envelhecida em termos relativos, tanto pela emigração de jovens quanto pela imigração, de retorno, de idosos – os benefícios das aposentadorias e pensões rurais. Curiosamente, ou não, a avaliação dessas políticas sociais, vis-a-vis as políticas de desenvolvimento, revela que os benefícios para a população rural foram maiores e duradouros.

Os sistemas comunitários de beneficiamento agroalimentar conseguiram expandir a produção e a renda familiar por meio do processamento e comércio de farinhas (milho e mandioca), rapadura, açúcar-mascavo, cachaça e polvilho; os recursos previdenciários conseguiram melhorar os sistemas produtivos, viabilizando uma presença expressiva em mercados locais, tanto no alto quanto no baixo Jequitinhonha (Fernandes e outros, 1999, Oliveira, 2000; Angulo, 2002; Augusto, 2003; Noronha, 2003).

As políticas públicas universalizantes, como aposentadorias, pensões e bolsas, apesar de serem modestas em termos de repasses de fundos, apresentaram notáveis efeitos locais sobre a renda e a produção. Isso ocorreu, em grande parte, porque elas deixaram um pouco mais líquida uma população que tem terra para plantar e quase nenhum dinheiro para investir. Essas políticas implicaram em investimentos produtivos e melhoria da qualidade de vida daqueles que têm aumento na sua renda monetária; por isso deram certo e deixaram de ser políticas compensatórias e se tornaram quase políticas produtivas. Pode-se concluir que, nos programas em que recursos foram postos à disposição dos pequenos produtores familiares do Jequitinhonha sob a forma de patrimônio coletivo gerido em comum acordo, como as *fabriquetas* comunitárias, ou sob a forma de dinheiro, como aposentadorias, criaram mais condições de melhoria que aqueles investimentos de ampla escala. Esses exemplos podem ser encontrados entre aposentados:

- feirantes que são aposentados rurais, na média, conseguem uma renda adicional de meio salário mínimo mensal, graças à capacidade de investir seus benefícios;
- a produção de alimentos de famílias rurais aposentadas é em média 30% superior às demais famílias rurais, pelos mesmos motivos.¹⁴

6 Formas de pensar as políticas

Com base nas experiências locais e em alguns anos de pesquisa e extensão universitária na região, é possível observar que a população local, por meio de suas organizações, tem construído esboços de políticas e criticado os pontos frágeis de outras.

Um costume frequente na formulação de políticas de desenvolvimento e combate à pobreza é considerar que todas as assim denominadas *regiões carentes* têm problemas iguais, a renda, e que, portanto, as políticas formuladas para um caso podem ser indefinidamente replicadas para as outras. São feitos desenhos simples para casos muito diversificados e complexos, e tais desenhos não consideram as características locais, culturais e territoriais, mas apenas os macroindicadores comuns (PIB per capita, taxa de analfabetismo, saneamento básico, etc). Apesar de todos os alertas que as populações locais fazem sobre sua especificidade, apesar de quase toda a literatura sobre o assunto insistir nas peculiaridades de cada local, o procedimento frequente nas ações públicas e privadas de desenvolvimento tem sido considerar iguais todos os pobres e mensura-los por meio de ferramentas universais.

¹⁴ Ver Angulo (2002) e Augusto (2003).

Assim, no próprio Norte/Nordeste de Minas Gerais existem diferenças notáveis entre a região Norte, o alto e baixo Jequitinhonha e Mucuri. Os mesmos indicadores aplicados ao meio rural destas regiões terminam por reunir situações diferentes em termos de distribuição fundiária, de renda, recursos naturais etc. Mesmo a concentração da terra que é comum a todas as regiões têm matizes e sutilezas microlocais que tornam uma política comum impossível. É, certamente, por esta razão - além de falta de recursos orçamentários que é a calamidade dos tempos atuais - que agências como a Mesovales (do Ministério de Integração Nacional) ou a IDENE, secretaria de desenvolvimento do Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais, enfrentam tantas dificuldades para estabelecer-se. Contrariamente, as políticas locais baseadas em territórios, que tem sido experimentadas pelos Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo antigo Ministério Extraordinário de Combate à Fome e Segurança Alimentar, entre outros, estariam mais em acordo com essas perspectivas, desde que permitem incorporar mais facilmente as características locais aos recortes territoriais. A lamentar, nessas últimas, apenas que nem sempre as ações conseguem superar os limites das perspectivas e componente municipalistas, cujas expressões personalistas e coronelísticas têm marcado quase todas as iniciativas.

Um outro aspecto fundamental na formulação dessas políticas é a valorização das técnicas, culturas e os saberes locais em todas as ações. Essa é, sem dúvida, a forma mais eficaz para cimentar desenvolvimento rural e uma identidade local, que vai motivar a participação da população na construção de programas e propostas. Mas o mais frequente no caso do Jequitinhonha é pensa-lo pela ausência, pelo que não tem e que se acredita que seria necessário ter. Concebe-se sempre um padrão de desenvolvimento rural como expansão da produção agrícola intensiva e irrigada, dos quais os paradigmas são as culturas intensivas do cerrado do Alto Paranaíba ou o Distrito de Irrigação do Jaíba. Na avaliação desses dois modelos, no entanto, não são levados em conta os gigantescos investimentos necessários, a brutal eliminação de ocupações produtivas e os devastadores efeitos ambientais.¹⁵ Principalmente os efeitos negativos desses programas em relação à água, que só nos começos do século XXI começam a ser percebidos.

Apesar dos sistemas de coleta, beneficiamento doméstico e agroextrativismo do Jequitinhonha constituírem técnicas adaptadas e sustentáveis de produção, sabe-se muito pouco como eles funcionam; as pesquisas sobre o tema praticamente inexistem. Por exemplo: numa área de expressiva coleta em campos de cerrado e *catinga*, denominada Acauã, no alto

¹⁵ Consultar Shiki (2000), Garlipp (1999), entre outros.

Jequitinhonha, as famílias rurais fazem sistematicamente coleta e beneficiamento de frutos e essências; a Epamig fazia funcionar na mesma área uma unidade de pesquisa de pastagem e pecuária de corte. Esta ignorância, evidentemente, tem custos: do desperdício na pesquisa que não será utilizada ou que atingirá apenas uns poucos beneficiário; ou na distância que se contribui para ampliar entre as pesquisas públicas e seus destinatários potenciais. Esses sistemas *tradicionais* de uso de recursos não apenas têm sido sistematicamente ignorados em todas as iniciativas de pesquisa científica e desenvolvimento rural, como têm sido seriamente prejudicados pela expansão dos cultivos extensivos, principalmente de eucaliptos.

Esta falta de apreço pela população local é provocada em parte pela predominância cultural dos sistemas agrícolas intensivos, que os concebe como alternativa única de desenvolvimento rural: quase 30 anos depois da revolução verde o paradigma de desenvolvimento rural permanece imutável. Em parte, também, é provocado pela invisibilidade - técnica e cultural - dos manejos agroextrativistas, que são diluídos no espaço e tempo do rural, em meio a sistemas produtivos infinitamente mais complexos que aqueles intensivos em capital e recursos materiais.

Algumas organizações locais têm se empenhando em *melhorar* sistemas produtivos locais, em vez de simplesmente modifica-los. Alguns resultados, como os Sistemas Agroflorestais na área do Araçuaí/Itamarandiba, têm sido extraordinários, tanto do ponto de vista da revitalização da fertilidade, quanto do fortalecimento da sensibilidade das organizações comunitárias para os temas ambientais, quanto dos efeitos produtivos propriamente ditos. Essas experiências apresentam ainda um outro aspecto muito rico: criam canais de participação e expressão da sociedade rural, das comunidades camponesas, que passam a valorizar seu cabedal cultural e técnico, o que as leva a fortalecer identidade cultural e a demandar políticas adaptadas às características regionais e a demandar, sobretudo, respeito à sua cultura própria. A ong CAV e o Núcleo da UFLA vêm promovendo, anualmente, encontros de famílias rurais para *renovar na tradição*, como dizem os agricultores(as): são encontros com o propósito de estimular as trocas de conhecimento e valorização do saber que eles têm sobre o meio em que vivem e os recursos que exploram.

Mas não são apenas os aspectos ambientais que se relacionam à produção e cultura locais. As feiras, espaços de comercialização organizados pelas prefeituras municipais e restritas à participação de agricultores familiares como vendedores, são notáveis oportunidades de elevar a renda rural, abastecer as cidades e dinamizar a economia urbana. As pesquisas que a UFLA tem realizado na região tem mostrado a importância vital desses

pequenos mercados, que compreendem em média 25% das famílias rurais, 25% das famílias urbanas, e geram para seus participantes rendas médias superiores às bolsas, aposentadorias e pensões.

Feiras são espaços extraordinários para formulação de políticas: são pontos nodais da relação dos agricultores(as) com o mercado, com o urbano e com as informações. Por isso, são espaços para criar ações fáceis, baratas e de amplo atingimento. Ações como logística de transporte, melhoria de sistemas produtivos, microfinanciamento comunitário à indústria doméstica rural, certificação de origem de produtos rurais são perfeitamente possíveis neste campo, além de inúmeras atividades de capacitação para o beneficiamento, ambiente, produção, alfabetização etc. É, ainda, importante observar que o público consumidor dessas feiras revela uma grande fidelidade a estes mercados: consideram o local por excelência de abastecimento de produtos culturalmente validados, como a rapadura, farinha, *goma* e corante, que do ponto de vista cultural da segurança alimentar são essenciais às famílias urbanas.

Em geral, as experiências de levar produtos excedentes ou artesanais da região para outros mercados não têm sido muito boas; os dois casos mais recorrentemente citados, *Mão de Minas* e *Armazém da Roça*, são experiências mal avaliadas pelos participantes, embora os problemas não estejam nas organizações, mas no modelo, no formato da experiência que envolviam consignação e períodos demorados de prestação de contas. Mas, com base nos insucessos, têm prosperado nos últimos tempos iniciativas de comercialização coletiva e contratos comunitários, com mediação de organizações locais, que envolvem vendas importantes de produtos da agricultura familiar, principalmente mel. São programas que podem ser denominados, com licença da impropriedade contraditória dos termos, *intermediação solidária*: empreendedores de pequena escala compram a produção de grande número de apicultores por meio de organizações locais que apenas reúnem os produtos, mediam os contatos e certificam a qualidade do produto pela origem; isto confere um grande alento à produção local.

Por outro lado, um tema fundamental no alto Jequitinhonha é o reordenamento fundiário. Nos anos 1970 grande parte das chapadas foram griladas, compradas ou incorporadas ao patrimônio das empresas; assim as comunidades perderam parte de suas áreas coletivas de coleta e *solta* de gado. Programas de reordenamento fundiário que devolvam às populações rurais suas chapadas comuns, que atualmente estão com empresas e não produzem quase nada, é um passo fundamental para garantir acesso à terra aos jovens da

região, que adquirem terra por meio de anos de sacrificada migração sazonal, e a adquirem geralmente forçando um partilhamento excessivo dos terrenos de cultura. Este tema tem sido posto com uma certa insistência por organizações sindicais e, observando com mais cuidado o tema vê-se que prolonga-lo é perpetuar uma situação perversa: de um lado milhares de jovens agricultores que migram sazonalmente para o corte de cana e colheita de café no Sudeste; de outro, milhares de hectares cobertos com eucaliptos, que geram um número minúsculo de empregos dominados por empresas que raramente têm domínio legal da terra e são, em parte, credoras ou propriedade do governo federal, via BNDES ou outras agências. Neste aspecto, definitivamente, se está frente a uma questão de vontade, ou má-vontade, política.

Um capítulo importante de políticas a serem pensadas para o Jequitinhonha diz respeito a ambiente. Os supostos agricultores *rústicos* da região têm conseguido conservar e melhorar recursos num meio frequentemente considerado adverso, como é o cerrado, que se acredita que a maior riqueza resulte exatamente da sua devastação. Neste aspecto, seria possível melhorar muito as práticas conservacionistas que já existem na região. As diversas experiências de ongs e sindicatos têm revelado que resultados muito esperançosos. Em 2001 um levantamento sobre a situação das nascentes no alto Jequitinhonha revelou que a maioria daquelas que estão sob domínio comunitário encontram-se conservadas, protegidas e são objeto de cuidado minucioso por parte dos usuários. Assim, quando o CAV instituiu naquele ano uma premiação simbólica para as comunidades que melhor conservavam suas águas, os jurados do prêmio acabaram tendo que percorrer quase duas dezenas de comunidades rurais que ofereciam suas nascentes para serem vistoriadas e avaliadas. O mesmo vale quando se pensa em conservação de florestas e campos comuns. Em geral essas áreas depois de privatizadas são transformadas em pastos ou carvoeiras. Áreas comuns, pelo contrário são conservadas exatamente pelo potencial de coleta contínua e coletiva; nesses casos e em algumas áreas - como Cristália e Botumirim, estudadas por Galizoni (2000) - a coleta pode representar fonte de renda maior e mais duradoura que lavouras e pastagens. Isto é que tem levado algumas comunidades a ocupar antigas áreas comuns que percebem ser mal geridas pelas reflorestadoras, e insistir em transforma-las novamente em terrenos de coleta ou *soltas*.

Diante desses e de muitos outros exemplos é que se pode seriamente pensar em criar na região áreas combinadas de políticas produtivas e conservacionistas: que permitam a esses agricultores produzir como sabem e conservar melhorando os recursos disponíveis. Medidas de suporte institucional ao extrativismo conservacionista são fundamentais na região onde o próprio sistema produtivo de abate/queima de capoeiras é ilegal, e os ambientalistas

erroneamente acreditam que aquele cerrado persiste em pé por alguma lei divina, e os órgãos conservacionistas de Estado acreditam que sua principal missão seria reprimir, num meio cujas normas de gestão ignoram e cujo manejo estão muito longe de vir a aprender

Outras experiências que existem na região deveriam merecer mais atenção: o extraordinário resultado das escolas famílias agrícolas, os programas de valorização das práticas produtivas locais, as hortas medicinais, as grandes redes de raizeiros e curadores que são expoentes de um delicado conhecimento do meio.

Falta muito, porém, para uma mudança de enfoque na maneira como os mineiros e os brasileiros, em geral, tratam o Jequitinhonha. A fama da pobreza tem servido de escada para muitos veteranos e novatos na política, as políticas equivocadas sempre estão mais em acordo com os grandes consensos nacionais, e as obras, grandes ou pequenas, sempre serão a ponte mais fácil para o oportunismo político. O consolo que emerge disto tudo é que os costumes são, de uma certa forma, impermeáveis a esses desmandos e tremendamente persistentes, porque são baseados em culturas e experiências - algo que permanece bem longe de ser combinado com as idéias de desenvolvimento que soubemos, até agora, materializar.

7. Bibliografias

- ALMEIDA, A.W.B. de. *"Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito."* IN HEBETTE, J. e CASTRO, E. (orgs) *Na trilha dos grandes projetos.* Belém, NAEA/UFPB, 1989.
- AMARAL, L. *"Do Jequitinhonha aos canaviais."* Belo Horizonte, dissertação apresentada ao Mestrado de Sociologia da FAFICH/UFMG, 1988
- ANGULO, J.L.G. *"Feira e desenvolvimento local: o caso de Turmalina, vale do Jequitinhonha, MG"* Lavras, dissertação (mestrado), PPGA/UFLA, 2002.
- AUGUSTO, H.A. *"Aposentadorias rurais e desenvolvimento municipal: o caso de Medina, Nordeste mineiro."* Lavras. Dissertação (mestrado), Lavras, PPGA/UFLA, 2003.
- CALIXTO, J.S. *"A Botica da Natureza: coleta e processamento de plantas medicinais nas áreas de terras comuns do alto Jequitinhonha"* Lavras. Monografia de graduação (Engenharia Florestal UFLA). 2002
- CARNEIRO, M.J. *"Uma leitura do Pronaf"*. Estudos Sociedade e Agricultura 8, abril 1997
- CHONCHOL, J. *Sistemas agrarios en América Latina : de la etapa prehispánica a la modernización conservadora.* Santiago, Fondo de Cultura Económica, 1994.

- COLCHESTER, M. *"Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas"*. IN DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *Desenvolvimento rural sustentável*. Anais do I Fórum Contag de Cooperação Técnica, Brasília, 1999a.
- CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável*. Anais do II Fórum Contag de Cooperação Técnica, São Luís, 1999b.
- CPT/Comissão Pastoral da Terra. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- CPT/Comissão Pastoral da Terra. *Compromisso eclesial e político da Comissão Pastoral da Terra*. Cadernos de estudos CPT número 2. São Paulo, Loyola, 1990.
- DELGADO, G.C. *Capital financeiro e agricultura brasileira*. São Paulo/Campinas, Ícone/Edunicamp, 1985.
- DIEGUES, A.C. *"Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais."* IN _____ *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo, NUPAUB/USP, 1995.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- FERNANDES FILHO, J.F., CAMPOS, F.R., OLIVEIRA, I.M. "A indústria rural e a crise da agricultura mineira." In: SEAC – Seminário de Economia, Administração e Contabilidade da FEA/USP-RP. Ribeirão Preto, SP, 1999. v.1.
- FREIRE, A.G. *"Águas do Jequitinhonha"*. Lavras. Dissertação (mestrado), Lavras, PPGA/UFLA, 2001.
- FURTADO, D.B. *"Posseiros e despossuídos"*. Belo Horizonte, Dissertação (mestrado) FAE/UFMG, 1985.
- GALIZONI, F.M. *"A terra construída"*. São Paulo. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J.F. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, IE/Unicamp, 1996.
- JARA, C. *"Novos conceitos e estratégias de desenvolvimento rural"*. CONTAG I Fórum Contag de Cooperação Técnica - Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 1999.
- KAGEYAMA, A. (coord) *"O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais"*. IN DELGADO, G. (org) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, 1990.

- LIMA, D. de M. *"Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia."* IN CASTRO, E. e PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP; UFPA/NAEA, 1997.
- MARTINE, G. e GARCIA, R.C. (orgs) *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987.
- MARTINS, J. de S. e PERANI, C. *Sonhos e desejos dos lavradores*. Cadernos de estudos CPT, número 2. São Paulo, Loyola, 1992.
- MEDEIROS SILVA, N. de. *"Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais"*. IN NABUCO, M.R. (org) *Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais uma perspectiva regional*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1990.
- MOURA, M.M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.
- NORONHA, A.G.B. *"O tempo de ser, fazer e viver: modo de vida das populações rurais do alto Jequitinhonha, MG."* Lavras, dissertação (mestrado), PPGA/UFLA, 2003.
- OLIVEIRA, E.R. de *"A marvada pinga: trajetória histórica da produção de aguardente em Salinas, MG"* Lavras, Dissertação (mestrado), 2000.
- OSTROM, E. *Governing the commons*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- RIBEIRO, E e GALIZONI, F. *"Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais."* In Torres, H. e Costa, H. (orgs) *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo, Senac, 2000.
- RIBEIRO, E.M. e GALIZONI, F.M. *"Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha"*. Ambiente e Sociedade. vol VI, número 1, jan/jul 2003.
- RIBEIRO, E.M., GALIZONI, F.M., CALIXTO, J.S., ASSIS, T.R., AYRES, E.B. *"Uso e gestão de recursos comuns no alto Jequitinhonha."* Juiz de Fora, Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Anais), 2003.
- SHIKI, S. *O futuro do cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. Rio de Janeiro. FASE, Série Cadernos Temáticos, número 2, 2000.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- VEIGA, J.E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, NEAD/MDA, 2001.